



FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS PARA MUDANÇA SOCIAL: O PODER DA COMIDA¹

**Pedro Henrique Gonçalves Manica², Carline Balensiefer Zanuso³, Ianca Tainá Brun⁴,
Karina Ribeiro Rios⁵**

¹ Trabalho da disciplina Atenção Dietética nos Ciclos da Vida do curso de Nutrição da UNIJUÍ, em associação ao projeto de extensão Gestão Social e Cidadania.

² Bolsista do Projeto Gestão Social e Cidadania; Estudante do Curso de Medicina, 5º período. E-mail: pedro.manica@sou.unijui.edu.br

³ Bolsista do Projeto Gestão Social e Cidadania; Estudante do curso de Nutrição, 4º módulo.

⁴ Chef de Cozinha e Pâtissier Internacional, Bacharela em Gastronomia, Especialista em Gestão de Empreendimentos no Setor de Alimentos e Bebidas (Univali/SC), Sócia e Criadora no Projeto Al Dente, Curadora do Festival Gastronômico de Santa Rosa, Consultora de Alimento e Bebidas Sebrae/RS, Professora de Gastronomia (SENAC/RS, IFFAR), Docente do curso de Gastronomia da UNIJUÍ.

⁵ Nutricionista (UNIJUÍ), Mestre em Alimentos e Nutrição (UNICAMP), Pesquisadora de cultura alimentar popular e tradicional (indígena), Docente do Núcleo da Saúde (UNIJUÍ). E-mail: karina.rios@unijui.edu.br

Introdução: Ao considerar os princípios abordados pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, como um documento norteador e oficial para diversas ações em saúde, considera-se as condições de saúde da população, o impacto da produção e distribuição de alimentos, a diversidade alimentar cultural e biológica do Brasil, a sustentabilidade social e ambiental do sistema alimentar e a evolução da alimentação, estreitamente relacionados com referências antropológicas, políticas, geográfico-territoriais e culturais, com amplo significado e poder de persuadir comportamentos alimentares. Além disso, a massificação de informações por meio das redes de mídias sociais, popularizam conceitos muitas vezes distorcidos que impactam negativamente na cultura e hábitos alimentares. **Objetivos:** Diante da relevância do tema, este trabalho tem como objetivo analisar a atuação das políticas públicas brasileiras no enfrentamento da fome. **Metodologia:** Trata-se de um resumo simples, de natureza qualitativa, produzido por meio da leitura de diversos materiais bibliográficos para produzir um ensaio opinativo. **Resultados:** Mesmo diante dessas regulamentações, a alimentação adequada como o direito de cada pessoa ter acesso a um alimento seguro e nutritivo, em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades fisiológicas e nutricionais, não foi suficiente para obter outros direitos fundamentais, visto que o direcionamento da produção, comercialização e distribuição de alimentos está atrelado ao modelo econômico vigente. Dessa forma, a fome segue presente e atuante, especialmente entre os grupos vulnerabilizados, que apresentam maior propensão em sofrer com problemas relacionados à carência nutricional e, ao mesmo tempo, expostos a produtos ultraprocessados constantes. Além disso, o baixo custo e as estratégias agressivas de marketing dos produtos ultraprocessados têm impulsionado seu consumo, substituindo gradativamente alimentos naturais e nutritivos, o que agrava os problemas de saúde e segurança alimentar. Vale citar Organizações Não Governamentais que visam mitigar a situação de fome e vulnerabilidade,



exemplo do Mesa Brasil SESC, um programa nacional de segurança alimentar e nutricional desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio (SESC) no Brasil. Seu principal objetivo é combater a fome e o desperdício de alimentos, promovendo a distribuição de excedentes da indústria alimentícia, do comércio e da agricultura para instituições sociais que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade. Outra entidade relevante é a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), composta por 194 Estados-membros e presente em mais de 130 países. A FAO lidera esforços para erradicar a fome e combater a pobreza, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e segurança alimentar. **Conclusão:** A conquista de medidas que tenham impacto no combate à fome deve persistir nas demandas dos movimentos sociais. Governos podem implementar políticas que incentivem a produção sustentável e a agricultura familiar, garantindo que pequenos produtores tenham acesso a financiamentos e tecnologias. Subsídios direcionados e incentivos fiscais podem reduzir custos e aumentar a produção de alimentos básicos. Medidas regulatórias podem incluir o controle de preços e a criação de mecanismos que evitem a especulação e a volatilidade dos preços dos alimentos. Essa estabilidade é fundamental para que os alimentos estejam disponíveis e acessíveis para as populações vulneráveis. Ademais é muito importante promover a criação e o fortalecimento de redes de distribuição, como bancos de alimentos, mercados solidários e programas governamentais que garantam que os excedentes de produção cheguem a comunidades em situação de insegurança alimentar, alinhado com Investimentos em infraestrutura de transporte e armazenamento para minimizar perdas pós-colheita e garantir que alimentos perecíveis sejam distribuídos de forma rápida e segura até as regiões mais afastadas ou de difícil acesso. O direito humano à alimentação adequada poderia resultar na estabilidade da manutenção das políticas públicas no Brasil. No entanto, o cenário da fome é, majoritariamente, fruto do sistema capitalista e de interesses políticos associados. **Palavras-chave:** “Fome”; “Capitalismo”; “Insegurança Alimentar”; “Direito Social à Alimentação”. **Referências:**

FAO. FAO Brasil. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.** Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MOTA, Ana Elizabete; LARA, Ricardo. **Desigualdade, fome e produção de alimentos.** Revista Katálisis, v. 25, n. 3, p. 437-442, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/qQJvzwffCkGPZGY4vtHmZZz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC. *Guia Mesa Brasil SESC.* [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/guia-mbs-sesc>. Acesso em: 10 abr. 2025.